

Ventos Brasil
Geração e
Comercialização
de Energia Elétrica
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas das demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Fortaleza - Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 04 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Renan Melo de Oliveira
Contador CRC 023259/O-4

Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.608	3.084	Fornecedores a pagar		3.844	6.507
Depósitos vinculados	5	2.262	1.915	Empréstimos e financiamentos	12	10.621	10.249
Contas a receber	6	4.156	3.945	Encargos tributários e trabalhistas		346	463
Impostos a recuperar		385	555	Arrendamentos a pagar	11	661	323
Despesas antecipadas	7	945	938	Ressarcimento de energia a pagar	13	4.083	17.315
Outros ativos		<u>27</u>	<u>-</u>	Outras contas a pagar		<u>1</u>	<u>1</u>
Total do ativo circulante		<u>9.383</u>	<u>10.437</u>	Total do passivo circulante		<u>19.556</u>	<u>34.858</u>
Realizável a longo prazo				Encargos tributários e trabalhistas		1.219	1.219
Outros ativos		9	9	Empréstimos e financiamentos	12	53.615	61.867
Depósitos vinculados	5	11.705	22.253	Arrendamentos a pagar	11	8.572	4.579
Depósitos judiciais	8	35.636	32.135	Ressarcimento de energia a pagar	13	7.029	4.895
Impostos diferidos	21	<u>-</u>	<u>108</u>	Impostos diferidos	21	3.543	-
Total do realizável a longo prazo		<u>47.350</u>	<u>54.505</u>	Outros passivos	8	6.107	6.107
				Provisão para contingências	24	<u>284</u>	<u>279</u>
				Total do passivo não circulante		<u>80.369</u>	<u>78.946</u>
Imobilizado	10	94.186	98.572	Patrimônio líquido	15		
Direito de uso - Arrendamentos	11	7.589	3.445	Capital social		77.999	76.999
Intangível		<u>342</u>	<u>392</u>	Prejuízos acumulados		<u>(19.074)</u>	<u>(23.452)</u>
Total do ativo não circulante		<u>149.467</u>	<u>156.914</u>	Total do patrimônio líquido		<u>58.925</u>	<u>53.547</u>
Total do ativo		<u>158.850</u>	<u>167.351</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>158.850</u>	<u>167.351</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	16	38.171	29.945
Custo da energia produzida	17	<u>(29.259)</u>	<u>(32.988)</u>
Lucro Bruto (Prejuízo)		8.912	(3.043)
Despesas gerais e administrativas	18	(2.100)	(1.461)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	<u>(144)</u>	<u>(1.014)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		6.668	(5.518)
Receitas financeiras		4.890	9.393
Despesas financeiras		<u>(3.529)</u>	<u>(4.228)</u>
Resultado financeiro	20	1.361	5.165
Resultado antes dos impostos		8.029	(353)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	<u>(3.651)</u>	<u>108</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício		<u>4.378</u>	<u>(245)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	4.378	(245)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>4.378</u></u>	<u><u>(245)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>60.499</u>	<u>(23.207)</u>	<u>37.292</u>
Aumento de capital	16.500	-	16.500
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(245)</u>	<u>(245)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>76.999</u>	<u>(23.452)</u>	<u>53.547</u>
Aumento de capital	1.000	-	1.000
Lucro do exercício	<u>-</u>	<u>4.378</u>	<u>4.378</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>77.999</u>	<u>(19.074)</u>	<u>58.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		8.029	(353)
Ajustes por:			
Depreciação	10	5.650	5.283
Amortização direito de uso de arrendamentos	11	198	359
Amortização intangível	17	50	50
Apropriação de juros com direito de uso de arrendamentos	11	324	513
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados	20	(1.967)	(2.229)
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	12	2.524	2.767
Baixa de imobilizado	10	141	960
Baixa de depósitos judiciais		-	474
Atualização de depósitos judiciais	20	(2.463)	(2.020)
Reversão provisão para desmobilização	19	-	(1.707)
Constituição de provisão para contingências		5	23
Amortização custos de captação empréstimos	12	120	121
Reversão de impostos diferidos	21	-	1.272
Baixa de arrendamentos, líquida	11	81	(65)
Provisão para ressarcimento de energia	13	6.512	14.877
		19.204	20.325
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes			
Contas a receber		(211)	91
Despesas antecipadas		(7)	(60)
Depósitos judiciais		(1.038)	(2.436)
Impostos a recuperar		170	(553)
Depósito vinculado		12.168	421
Outros ativos		(27)	-
Fornecedores a pagar		(2.663)	3.844
Outras contas a pagar		-	1
Encargos tributários e trabalhistas		(117)	242
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	105
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>27.479</u>	<u>21.980</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(618)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	12	(2.318)	(2.659)
Pagamento de juros de arrendamentos	11	(26)	(16)
Pagamento de ressarcimento de energia	13	(17.610)	(15.628)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>7.525</u>	<u>3.059</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(1.405)	(10.195)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.405)</u>	<u>(10.195)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aporte de capital	15	1.000	16.500
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(8.206)	(7.744)
Pagamento de arrendamentos - principal	11	(390)	(470)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(7.596)</u>	<u>8.286</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.476)</u>	<u>1.150</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.084	1.934
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>1.608</u>	<u>3.084</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.476)</u>	<u>1.150</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza - CE, constituída em 02 de outubro de 2007 e tem por objetivo atuar na implantação, operação e comercialização da energia elétrica produzida pela Central Geradora Eólica Paracuru (“EOL Dunas de Paracuru”), localizada no Município de Paracuru, no Ceará, com potência instalada de 42 MW.

A Companhia foi contemplada no 2º. Leilão de Energia de Reserva (Edital No. 003/2009 – ANEEL – “LER” 03/2009) e autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica por meio da portaria MME nº. 657/2010, de 23 de julho de 2010. Em decorrência desta autorização, firmou Contrato de Energia de Reserva (“CER”) com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, na data de 16 de dezembro de 2010, em que se compromete a produzir 19 MW méd, por um período de 20 anos.

Em 24 de dezembro de 2012, foi publicado o Despacho SFG/ANEEL nº 4.106/2012, que liberou a EOL Dunas de Paracuru para início de operação comercial a partir de 22/12/2012 com potência instalada de 42 MW.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia registrou caixa líquido operacional positivo, o que resulta na apuração de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) acima dos exigidos pelos bancos financiadores.

a. Capacidade produtiva

A Companhia possui 1 (uma) usina geradora de energia eólica, situada no município de Paracuru, no Estado do Ceará, constituída de 21 (vinte e uma) unidades geradoras de 2 MW, totalizando a potência instalada de 42 MW e de garantia física do contrato 19,7 MW médios.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Garantia física (MW)	Energia Vendida (MW)
EOL DUNAS DE PARACURU	Paracuru-CE	21	19,7	16,66

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 10.173 (em 31 dezembro de 2024, o capital circulante líquido negativo era de R\$ 24.421), principalmente em decorrência do saldo de Ressarcimento de energia a pagar, conforme contrato de energia CER (Nota 13), empréstimos e financiamentos (Nota 12) e ao saldo de fornecedores a pagar.

Adicionalmente a Companhia possui saldo de contas vinculadas aos empréstimos e financiamentos de R\$ 11.705 (2024: R\$ 22.253) mantidos no ativo não circulante (Nota 5).

Em 2025 a Companhia possui liberação para utilização do saldo de R\$ 4.000 da conta Reserva Especial. Dessa liberação, a Companhia utilizou o total R\$ 2.000 no exercício de 2025. Atendendo as condições para utilização do saldo, a Companhia registrou o total de R\$ 1.440 disponíveis para uso no ativo circulante (Nota 5).

A Companhia reconheceu ativos e passivos considerando a pressuposição da continuidade operacional e entende que não há indícios de descontinuidade das operações.

A estrutura do capital do projeto, advém de recursos próprios aportados pelos Acionistas, obtenção de linhas de crédito para investimento (Finem BNDES) e (Sudene BNB).

A Companhia tem por obrigação contratual ao longo da vigência dos Contratos de Financiamentos em manter o ICSD – Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida, no mínimo, igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) e uma apuração de Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 20% do investimento total do projeto, apurado através dos seus demonstrativos.

Com relação ao Capital Circulante Negativo esclarecemos que é comum nesta atividade, vez que os valores das dívidas dos Contratos de Financiamentos dos próximos doze (12) meses mais o principal e juros de dezembro estão contabilizados no passivo circulante enquanto que as receitas provenientes do Contrato CER está reconhecida apenas a parcela de dezembro do corrente ano, a receber em janeiro do ano seguinte, ficando as receitas dos próximos doze (12) meses, que serão utilizadas para quitação destas dívidas ainda não reconhecidas no ativo circulante. Portanto, a Administração entende que o Capital Circulante Negativo será revertido a médio e longo prazo com a continuidade operacional da Companhia visto que os valores irão diminuindo ao longo do período de operação do negócio.

Com relação a Operação, tem-se como meta manter a disponibilidade geral da Usina acima de 97%, mantendo a gestão de forma ativa dos contratos de O&M de Aerogeradores e de BOP firmados, atuando de forma direta célere nos tempos de parada, manter a eficiência dos equipamentos e a gestão dos estoques de peças e sobressalentes, visando otimizar os resultados.

A Administração vem trabalhando com ações de planejamento para curto prazo, como Waiver no valor de R\$ 4.000 liberado pelo BNDES para aplicação nos pagamentos e contratos necessários ao Projeto.

Esclarecemos que o acionista mantém o compromisso com a continuidade operacional, realizando aportes de capital no montante de R\$ 1.000 em 2025, e que tais esforços irão manter a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazo.

A administração acredita que o fluxo de caixa operacional projetado, em conjunto com o compromisso dos acionistas de estarem preparados para tomar as medidas necessárias para garantir a continuidade das operações da empresa, será suficiente para a continuidade normal das operações no curto prazo. Além disso, tais esforços irão manter a companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazo.

1.2 Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Dunas de Paracuru, com potência instalada de 42 MW/h. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Abaixo, detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Dunas de Paracuru	Portaria 657, de 22 de julho de 2010 Resolução Autorizativa 3.679, de 25 de	23 de julho de 2010
EOL Dunas de Paracuru	Setembro de 2012	26 de setembro de 2012

1.3 Contrato de Energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia - CER 51/2009 foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 16 de dezembro de 2010, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade GWh/ano	Preço R\$/MWh Dezembro/2012	Início da operação comercial	Final da operação comercial
EOL Dunas de Paracuru	166,44	149,96	Dez/2012	Jun/2032

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente a realização do leilão.

Dessa forma, a partir janeiro de 2013, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, temos as seguintes condições:

EOL Dunas de Paracuru	2025	2024
Quantidade GWh/contratado ano	137,22	137,22
Quantidade GWh/gerado ano	122,41	102,43
Preço R\$/MWh	363,42	344,96

A conta de energia é apurada a cada doze meses pela diferença entre a energia gerada e a energia contratada. O saldo dessa conta é apurado anualmente e quadrienalmente, e observará as margens de 10% abaixo da energia contratada e 30% acima da energia contratada, apurados ao final que cada período.

Os desvios positivos ou negativos são reconhecidos no ativo ou no passivo, respectivamente, mediante aplicação dos preços e penalidades descritas no contrato de venda de energia. O ano de suprimento considerado para cálculo da conta de energia é de julho a junho e os ressarcimentos são realizados em doze ou vinte e quatro meses, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE, obedecendo aos limites contratuais de faixa de tolerância.

1.4 Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 04 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 3.11-** arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 10** - critérios para definição de vida útil do imobilizado: premissas sobre o período que os ativos irão gerar receita para a Companhia;
- **Nota Explicativa 11** - critérios para definição de taxa de desconto de contratos de arrendamento;
- **Nota Explicativa 14 e 24** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota Explicativa 13 e 16** – reconhecimento de receita: expectativa de devolução.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- (a) Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- (b) Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- (c) Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios de curto prazo onde as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

3.2 Receita operacional

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante do MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

O ativo é reconhecido conforme parcela fixa a receber mediante as cláusulas do contrato firmado com o único cliente da Companhia (ver Nota 1.3). A variação da energia gerada nos percentuais acima ou abaixo do referido contrato são consideradas como ativos, caso a geração seja superior aos MWh contratados, ou passivos, caso a geração seja inferior aos MWh contratados, em contraparte da receita no resultado.

3.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias ativas e passivas. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia foi optante pela tributação no regime de lucro real.

Na sistemática do lucro real, é realizada a apuração do lucro tributável partindo do resultado contábil apurado, ajustado de adições e exclusões permitidas pela legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

As despesas de impostos diferidos são calculados com base nos ajustes fiscais temporários levantados mediante a apuração do lucro real. A Companhia não apurou impostos diferidos sobre base de prejuízos fiscais ou sobre base de cálculo negativa de contribuição social.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.5 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear nos prazos do contrato de arrendamento e operação do parque eólico. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As taxas de depreciação do ativo imobilizado estão apresentadas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) *Provisão para desmobilização*

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.6 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.7 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;

- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

3.10 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.11 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.12 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido da entidade não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração de fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas.

- Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	79	91
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>1.529</u>	<u>2.993</u>
	<u>1.608</u>	<u>3.084</u>

- (i) Estão representadas por aplicações em renda variável, junto ao Fundo Referenciado DI FIC, cuja rentabilidade para o exercício de 2025 foi de 14,22% (2024: 10,78%). Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas operações têm vencimentos

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota Explicativa nº 22.

5 Depósitos vinculados

	2025	2024
Conta Centralizadora (a)	822	1.915
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	907	961
Conta reserva serviço da dívida BNB (c)	3.619	3.474
Conta reserva de O&M (d)	581	505
Conta reserva especial (e)	7.440	17.313
Conta de pagamento BNB (f)	<u>598</u>	<u>-</u>
	<u>13.967</u>	<u>24.168</u>
Circulante	2.262	1.915
Não circulante	11.705	22.253

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente dos financiamentos com o BNDES e BNB, conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta Centralizadora – aplicação financeira constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante;
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para março de 2029, classificada no não circulante;
- (c) Conta reserva serviço da dívida BNB - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação semestral vincenda do serviço da dívida do BNB, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para maio de 2032, classificada no não circulante;

- (d) Conta Reserva O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o montante equivalente a 1/12 (um doze avos) do valor da maior prestação anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para maio de 2032, classificada no não circulante;
- (e) Conta Reserva Especial - constituída com recursos remanescentes advindos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências determinada pelo Contrato de Financiamento do BNDES e Banco do Nordeste do Brasil. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para maio de 2032, ou para distribuição de dividendos. Em 2025 o BNDES aprovou a liberação parcial dos recursos dessa reserva (Nota 1.1). Em 31 de dezembro de 2025, foi classificado no circulante o montante de R\$ 1.440 disponível para utilização. O saldo de R\$ 6.000 foi classificada no não circulante;
- (f) Conta de pagamento BNB - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação semestral vincenda do serviço da dívida decorrente do contrato BNB. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato de empréstimo, prevista para maio de 2032, classificada no não circulante.

6 Contas a receber

	2025	2024
Valores faturados a vencer - CCEE (i)	<u>4.156</u>	<u>3.945</u>
	<u>4.156</u>	<u>3.945</u>

- (i) A Companhia tem direito ao recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada, conforme descrito na Nota 1.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Despesas antecipadas

	2025	2024
Seguros a apropriar	<u>945</u>	<u>938</u>
	<u>945</u>	<u>938</u>

8 Depósitos judiciais

	2025	2024
Depósitos judiciais - ICMS (i)	35.053	31.552
Depósitos judiciais - outros processos (ii)	<u>583</u>	<u>583</u>
	<u>35.636</u>	<u>32.135</u>

- (i) A Companhia efetua desde julho de 2013 depósitos judiciais referente ao ICMS incidente sobre a Tarifa de Utilização do Sistema de Distribuição (TUSD), por entender que a cobrança do imposto sobre a referida tarifa é ilegal. A ação judicial que contesta a cobrança tramita na Vara da Fazenda Pública do Estado do Ceará. A Companhia entende que a incidência do ICMS não é devida, pois, não há mudança da titularidade da mercadoria descaracterizando a cobrança do tributo sobre o TUSD. O Juiz da nona vara da Fazenda Pública prolatou sentença julgando procedente a Ação para declarar a ilegalidade da incidência do ICMS sobre a TUSD. Após isso o STF determinou a suspensão de todos os processos até que o próprio Tribunal finalize seu entendimento sobre a matéria. Conforme relatórios dos advogados da Companhia, a probabilidade de perda para esse processo é considerada remota. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de depósitos judiciais é composto por R\$ 24.503 de principal (2024: R\$ 23.465) e R\$ 10.550 de atualização financeira (2024: 8.087), sendo R\$ 6.107 provisionados como outros passivos no balanço patrimonial. Em 2025, a Companhia registrou a atualização financeira deste depósito judicial no montante de R\$ 2.463 (2024: 1.980) na demonstração de resultado do exercício.
- (ii) A Companhia possui saldo de depósitos judiciais relacionados a processos cíveis, como parte autora, cujo montante de principal em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 417 e juros de R\$ 166. A Companhia entende que a atualização no exercício de 2025 não é devida, pois, conforme relatório dos assessores jurídicos, os processos possuem probabilidade de perca classificados como possível.

9 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia são executivos da parte relacionada Bons Ventos da Serra I S.A. e do controlador final Franklin Servtec Fundo de Investimentos e Participações. Os custos ou despesas com o pessoal chave da administração são rateados com a Companhia por meio de contrato de compartilhamento de despesas.

a. Transação com partes relacionadas

A Companhia possui como controlador final a Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de custos operacionais e despesas administrativas com a empresa Bons Ventos da Serra I também controlada integralmente pela Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou o montante de R\$ 798 (em 2024 R\$ 491) referente as despesas compartilhadas, na conta “despesas gerais e administrativas” e R\$ 402 (Em 2025 R\$ 701) referente a custos compartilhados, na conta “custo da energia produzida”.

Não há outras transações com partes relacionadas além das já mencionadas.

10 Imobilizado

a. Conciliação do valor contábil

	Taxas anuais de depreciação (% a.a.)	2025			2024
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Administração					
Máquinas e equipamentos	10%	24	(8)	16	19
Móveis e utensílios	10%	51	(16)	35	40
Equipamentos de informática	20%	23	(18)	5	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50%	38	(38)	-	-
Parque eólico					
Instalações elétricas	5%	11.365	(6.746)	4.619	5.120
Máquinas e equipamentos	2,86%	3.355	(1.620)	1.735	1.791
Acessos, Obras e Instalações	2,86%	34.590	(19.210)	15.380	16.358
Sobressalentes	2,86%	349	(34)	315	325
Torres	2,86%	36.999	(14.783)	22.216	23.131
Geradores	2,86%	25.427	(12.633)	12.794	13.303
Nacelle	2,86%	40.128	(18.039)	22.089	23.054
Pás	2,86%	29.869	(14.887)	14.982	15.424
		182.218	(88.032)	94.186	98.572
<hr/>					
	Taxas anuais de depreciação (% a.a.)	2024			2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Administração					
Máquinas e equipamentos	10%	24	(5)	19	18
Móveis e utensílios	10%	51	(11)	40	45
Equipamentos de informática	20%	23	(16)	7	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	50%	38	(38)	-	12
Parque eólico					
Instalações elétricas	5%	11.263	(6.143)	5.120	5.115
Máquinas e equipamentos	2,86%	3.316	(1.525)	1.791	7.785
Acessos, Obras e Instalações	2,86%	34.579	(18.221)	16.358	17.319
Sobressalentes	2,86%	349	(24)	325	286
Torres	2,86%	36.866	(13.735)	23.131	24.185
Geradores	2,86%	25.212	(11.909)	13.303	6.762
Nacelle	2,86%	39.959	(16.905)	23.054	24.113
Pás	2,86%	29.459	(14.035)	15.424	8.970
		181.139	(82.567)	98.572	94.620

b. Movimentação do saldo

	2024	Adições	Baixas	Depreciação	2025
Administração					
Máquinas e equipamentos	19	-	-	(3)	16
Móveis e utensílios	40	-	-	(5)	35
Equipamentos de informática	7	-	-	(2)	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-
Parque eólico					
Instalações elétricas	5.120	135	(14)	(622)	4.619
Máquinas e equipamentos	1.791	50	(5)	(101)	1.735
Acessos, Obras e Instalações	16.358	14	(1)	(991)	15.380
Sobressalentes	325	-	-	(10)	315
Torres	23.131	159	(16)	(1.058)	22.216
Geradores	13.303	271	(27)	(753)	12.794
Nacelle	23.054	205	(21)	(1.149)	22.089
Pás	15.424	571	(57)	(956)	14.982
	98.572	1.405	(141)	(5.650)	94.186

	2023	Adições	Baixas	Transferências (**)	Depreciação	2024
Administração						
Máquinas e equipamentos	18	3	-	-	(2)	19
Móveis e utensílios	45	-	-	-	(5)	40
Equipamentos de informática	10	-	-	-	(3)	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12	-	-	-	(12)	-
Parque eólico						
Instalações elétricas (*)	5.115	646	(102)	26	(565)	5.120
Máquinas e equipamentos (*)	7.785	1.446	(501)	(6.822)	(117)	1.791
Acessos, Obras e Instalações (*)	17.319	218	(155)	(30)	(994)	16.358
Sobressalentes	286	52	(6)	2	(9)	325
Torres	24.185	-	-	-	(1.054)	23.131
Geradores	6.762	581	(168)	6.824	(696)	13.303
Nacelle	24.113	93	(9)	-	(1.143)	23.054
Pás	8.970	7.156	(19)	-	(683)	15.424
	94.620	10.195	(960)	-	(5.283)	98.572

(*) Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou uma empresa terceirizada que apresentou um laudo técnico, precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. Na data de início da operação do parque, os custos com desmobilização foram contabilizados de forma proporcional aos grupos de operação. Em 2024 a Companhia realizou novo laudo de avaliação para desmobilização do parque, que apresentou resultado positivo na operação, sendo as receitas auferidas na venda de partes e peças e de sucatas superiores aos custos. Dessa maneira, a Companhia providenciou a baixa dos ativos e passivos provisionados, resultando em uma reversão líquida de ativos, na demonstração de resultados, de R\$ 670, apresentada como outras (despesas) receitas operacionais.

(**) Em 2024, a Companhia contratou um serviço especializado de mapeamento e componentização dos ativos instalados no Parque Eólico. Conforme o laudo recebido, a Companhia realizou a reclassificação dos itens entre os grupos. O trabalho contratado não incluiu revisão de vidas úteis, portanto não houve alteração nas taxas de depreciação.

A Companhia revisa periodicamente a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

A Companhia cedeu, como garantia aos empréstimos e financiamentos, máquinas e equipamentos relativo ao projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12.

11 Arrendamentos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.11, a Companhia possui um contrato de arrendamento do terreno onde está instalado o parque eólico. O contrato tem duração até 2042, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota Explicativa nº 1.3).

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 6,82% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Anualmente, a Companhia realiza a revisão da projeção dos pagamentos futuros, sendo o impacto contabilizado no ativo de direito de uso.

Movimentação do ativo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.628
Remensuração (a)	(2.824)
Despesa de amortização do exercício	(359)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.445
Remensuração (a)	4.342
Despesa de amortização do exercício	(198)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.589

(a) Remensuração gerada pela revisão das projeções dos pagamentos futuros.

Movimentação do passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.764	
Baixas	(65)	
Remensuração (a)	(2.824)	
Juros apropriados no resultado	513	
Pagamento de principal	(470)	
Pagamento de juros	(16)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.902	
Baixas	81	
Remensuração (a)	4.342	
Juros apropriados no resultado	324	
Pagamento de principal	(390)	
Pagamento de juros	(26)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.233	

	2025	2024
Circulante	661	323
Não circulante	8.572	4.579
	9.233	4.902

(a) Remensuração gerada pela revisão das projeções dos pagamentos futuros.

Impactos no resultado do exercício

	2025	2024
Baixas de passivos	(81)	65
Amortização direito de uso de arrendamentos	(198)	(359)
Despesas financeiras	<u>(324)</u>	<u>(513)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u>(603)</u>	<u>(807)</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2025			2024		
	Juros	Principal	Líquido	Juros	Principal	Líquido
Até 1 ano	(24)	685	661	(12)	335	323
De 1 a 2 anos	(25)	713	688	(12)	352	340
De 2 a 3 anos	(26)	742	716	(13)	369	356
De 3 a 4 anos	(27)	772	745	(14)	388	374
De 4 a 5 anos	(28)	804	776	(14)	407	393
Acima de 5 anos	<u>(6.193)</u>	<u>11.840</u>	<u>5.647</u>	<u>(3.995)</u>	<u>7.111</u>	<u>3.116</u>
Total	<u>(6.323)</u>	<u>15.556</u>	<u>9.233</u>	<u>(4.060)</u>	<u>8.962</u>	<u>4.902</u>

12 Empréstimos e financiamentos

a. Composição do saldo

	Juros	Vencimentos	2025	2024
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	TJLP + 2,02% a.a	15/03/2029	9.086	11.609
(-) Custos de captação			<u>(308)</u>	<u>(403)</u>
			8.778	11.206
BNB – Banco do Nordeste	2,5% a.a	29/05/2032	55.621	61.098
(-) Custos de captação			<u>(163)</u>	<u>(188)</u>
			55.458	60.910
Total			<u>64.236</u>	<u>72.116</u>
Circulante			10.621	10.249
Não circulante			53.615	61.867

b. Movimentação

	<u>BNDES</u>	<u>BNB</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>13.695</u>	<u>65.936</u>	<u>79.631</u>
Amortização de principal	(2.703)	(5.041)	(7.744)
Juros pagos	(1.022)	(1.637)	(2.659)
Amortização dos custos de captação	95	26	121
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>1.141</u>	<u>1.626</u>	<u>2.767</u>

	<u>BNDES</u>	<u>BNB</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.206	60.910	72.116
Amortização de principal	(2.749)	(5.457)	(8.206)
Juros pagos	(815)	(1.503)	(2.318)
Amortização dos custos de captação	95	25	120
Juros reconhecidos no resultado do exercício	1.041	1.483	2.524
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.778	55.458	64.236

Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimos junto ao BNDES e BNB, Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,30, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas pode culminar em vencimento antecipado das parcelas.

c. Garantias

Em 09 de novembro de 2017, foi firmado o Contrato de Compartilhamento de Garantias e outras Avenças nº 12.2.1185.7 entre BNB – Banco do Nordeste do Brasil e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social relativo ao Projeto da Central Eólica da Companhia. O instrumento compartilha um conjunto de garantias por meio dos Instrumentos Acessórios como Contrato de Penhor de Ações, Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Contrato de Constituição de Propriedade Fiduciária Conjunta, Contrato de Penhor de Direitos Creditórios e Contratos de Penhor de Direitos Emergentes, tendo suas obrigações garantidas e compartilhadas.

d. Cronograma de pagamento

As parcelas possuem a seguinte composição:

	31/12/2025		31/12/2024	
	BNDES	BNB	BNDES	BNB
Em um ano	2.701	7.920	2.637	7.612
De um a dois anos	3.175	7.623	3.284	7.179
Acima de dois anos	2.902	39.915	5.285	46.119
Total	8.778	55.458	11.206	60.910

13 Ressarcimento de energia a pagar

	2025	2024
Ressarcimento CCEE – Apuração ano suprimento 2023-2024 (a)	-	16.477
Ressarcimento CCEE – Apuração ano suprimento 2024-2025 (b)	2.265	5.733
Ressarcimento CCEE – Apuração ano suprimento 2025-2026 (c)	8.847	-
	11.112	22.210
Circulante	4.083	17.315
Não circulante	7.029	4.895

- (a) Refere-se ao ressarcimento da apuração de energia do ano de suprimento compreendido entre de julho de 2023 a junho de 2024. Este ressarcimento também marcou o encerramento do quadriênio iniciado em julho de 2020 a junho de 2024. A liquidação dos valores teve início em setembro de 2024 e conclusão em agosto de 2025.
- (b) Refere-se ao ressarcimento da apuração de energia do ano de suprimento compreendido entre de julho de 2024 a junho de 2025. A liquidação dos valores teve início em setembro de 2025 e será realizada até agosto de 2026, classificada no passivo circulante.
- (c) Refere-se ao ressarcimento da apuração de energia do ano de suprimento compreendido entre de julho de 2025 a junho de 2026. O saldo registrado no passivo não circulante refere-se à geração inferior que será descontada após 12 meses e ao final do quadriênio vigente, apurado conforme regras estabelecidas no contrato de energia. (Ver nota explicativa 1.3).

A seguir, a conciliação da movimentação patrimonial:

	Apuração ano anterior	Apuração ano corrente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.389	15.572	22.961
Ressarcimento apurado no ano corrente	232	14.645	14.877
Pagamentos realizados	(15.628)	-	(15.628)
Transferências	24.484	(24.484)	-
	16.477	5.733	22.210
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.477	5.733	22.210
Ressarcimento apurado no ano corrente	-	6.512	6.512
Pagamentos realizados	(17.610)	-	(17.610)
Transferências	3.398	(3.398)	-
	2.265	8.847	11.112
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.265	8.847	11.112

14 Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas ao arrendamento de terrenos onde está localizado o empreendimento eólico, devido ao fim do período de concessão. A provisão registrada foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, foi ajustada a valor presente. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Em 2024, a Companhia contratou especialistas para realizar novo laudo de desmobilização para revisão dos valores. Os valores de desmonte ou desmobilizado consideram para alguns equipamentos os valores dos resíduos metálicos comercializáveis, para outros com comercialização no mercado, consideram os valores residuais dos equipamentos, e os custos de desmobilização. Este trabalho resultou em um ganho na venda de peças e sucata superior aos custos para desmobilização em R\$ 1.997.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atualizou o valor do laudo pelo IPCA, ao índice de 4,68%. O valor do ganho na venda de peças permaneceu superior aos custos para desmobilização, não havendo, portanto, constituição de passivo de provisão para desmobilização.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia é composto por 77.999.315 (2024: 76.999.315) ações que correspondem a R\$ 77.999 (2024: R\$ 76.999).

Confirmando o compromisso do acionista com a continuidade operacional da empresa, foram realizados aportes de capital durante o exercício de 2025.

Em 23 de maio de 2025, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 400 mediante a emissão de 400 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 76.999 para R\$ 77.399. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

Em 20 de junho de 2025, conforme ATA de Assembleia Geral Extraordinária, a única acionista da Companhia deliberou o aumento do capital social em R\$ 600 mediante a emissão de 600 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital passou de R\$ 77.399 para R\$ 77.999. A integralização foi realizada com aporte em caixa.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

O lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi totalmente absorvido por prejuízos acumulados.

c. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

16 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Receita de energia contratada (a)	48.602	47.885
Ajustes de energia gerada (b)	(6.512)	(14.877)
Outros ajustes de geração	(28)	(11)
	<u>42.062</u>	<u>32.997</u>
Receita de energia gerada		
Deduções (c)		
Pis	(694)	(544)
Cofins	(3.197)	(2.508)
	<u>(3.891)</u>	<u>(3.052)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>38.171</u></u>	<u><u>29.945</u></u>

- (a) Receita fixa contratada, conforme contrato CER (nota 1.3), atualizada anualmente conforme contrato.
- (b) Ajustes realizados para registrar a energia efetivamente gerada, conforme regras do contrato CER (Nota 1.3), que devem ser ressarcidos a CCEE (Nota 13). Em 2025 a geração de energia foi superior a 2024 (Nota 1.3) em decorrência dos investimentos em troca e em manutenções preventivas e corretivas dos ativos realizados pelo Grupo
- (c) A Companhia apura os impostos pelo regime não cumulativo, com as alíquotas de 1,65% e 7,6% para Pis e Cofins, respectivamente.

17 Custo da energia produzida

	2025	2024
Depreciação	(5.640)	(5.261)
Amortização servidão (intangível)	(50)	(50)
Depreciação de ativo de direito de uso	(198)	(359)
Encargos de uso do sistema de distribuição - CUSD	(10.353)	(9.747)
Custos regulatórios	(200)	(192)
Custos com pessoal (a)	(722)	(1.018)
Custos com manutenção (b)	(10.794)	(15.634)
Custos sócio ambiental	(169)	(259)
Custos com infraestrutura	(295)	(373)
Prêmios e seguros	(1.610)	(1.545)
Serviços de terceiros	(1.028)	(1.094)
Custos de viagens	(25)	(7)
Custos gerais	(231)	(145)
Créditos tributários (c)	2.056	2.696
	<u>(29.259)</u>	<u>(32.988)</u>

- (a) A Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos com pessoal, conforme descrito na nota 9. Em 2025, a Companhia reembolsou o montante de R\$ 402 (2024: R\$ 701) referente ao compartilhamento de custos com pessoal.
- (b) Desde 2023 a Companhia vem realizando manutenções corretivas e preventivas em seus aerogeradores, visando a melhoria das máquinas, com redução de custos a cada ano e aumento de eficiência das máquinas.
- (c) Créditos dos impostos indiretos no regime não cumulativo, conforme legislação fiscal vigente.

18 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas tributárias	(118)	(345)
Serviços de terceiros	(1.045)	(483)
Despesas com pessoal (a)	(798)	(491)
Despesas com publicações	(1)	(19)
Depreciações	(10)	(22)
Despesa com infraestrutura	(35)	(32)
Prêmios e seguros	(7)	(8)
Despesas com manutenção	(13)	(11)
Despesas gerais	(73)	(50)
	<u>(2.100)</u>	<u>(1.461)</u>

- (a) A Companhia mantém contrato de compartilhamento de despesas com pessoal, conforme descrito na nota 9. O total registrado como despesas com pessoal refere-se ao reembolso de compartilhamento de despesas.

19 Outras (despesas) receitas operacionais

	2025	2024
Outras receitas operacionais		
Venda de resíduos, sucata e créditos de carbono	2	8
Reversão de provisão para desmobilização	-	1.707
	<u>2</u>	<u>1.715</u>
Outras despesas operacionais		
Baixa de ativos imobilizados	(141)	(960)
Provisão para contingências	(5)	(23)
Baixa de impostos diferidos	-	(1.272)
Baixa de processos judiciais	-	(474)
	<u>(146)</u>	<u>(2.729)</u>
	<u>(144)</u>	<u>(1.014)</u>

20 Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(113)	(113)
IOF	(68)	(34)
Despesas financeiras com arrendamentos	(324)	(513)
Juros pagos ou incorridos	(1)	(11)
Juros s/Empréstimos e Financiamentos	(2.524)	(2.767)
Outras despesas financeiras	(499)	(790)
	<u>(3.529)</u>	<u>(4.228)</u>
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	253	4.631
Atualização depósitos judiciais	2.463	2.020
Rendimentos de aplicações financeiras (*)	2.174	2.742
	<u>4.890</u>	<u>9.393</u>
	<u>1.361</u>	<u>5.165</u>

- (*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa de R\$ 207 (2024: R\$ 513) e rendimento de aplicações em depósitos vinculados de R\$ 1.967 (2024: R\$ 2.229).

21 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia adotou o regime de apuração no lucro real.

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	8.029	(353)
(+) Adições (temporárias e permanentes)	527	2.144
(-) Exclusões (temporárias e permanentes)	<u>(10.908)</u>	<u>(6.571)</u>
(=) Prejuízo fiscal	<u>(2.352)</u>	<u>(4.780)</u>

Os impostos diferidos constantes nas demonstrações contábeis são calculados sobre os ajustes temporários de adições e exclusões ao lucro real. Esses ajustes são relacionados aos ajustes fiscais necessários pela adoção do CPC 06 - contratos de arrendamento e ajustes fiscais de depreciação.

	2025	2024
Ajustes temporários, líquidos – Diferenças de depreciação	(10.492)	-
Ajustes temporários, líquidos – Contrato de arrendamento	<u>(387)</u>	<u>387</u>
	<u>(10.879)</u>	<u>387</u>
IRPJ – 15% e adicional 10%	(2.672)	73
CSLL – 9%	<u>(979)</u>	<u>35</u>
Total impostos diferidos	<u>(3.651)</u>	<u>108</u>
Total impostos diferidos – ativo circulante	<u>-</u>	<u>108</u>
Total impostos diferidos – passivo não circulante	<u>3.543</u>	<u>-</u>

22 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos, a aplicações financeiras e contas a receber. O contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado. (ver Nota Explicativa nº 1.3)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2025	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 1
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.608	-	-
Depósitos vinculados	13.967	-	-	13.967
Contas a receber de clientes	-	4.156	-	-
Fornecedores	-	-	3.844	3.844
Empréstimos e financiamentos	-	-	64.236	64.236
Arrendamentos a pagar	-	-	9.233	9.233
Ressarcimento de energia a pagar	-	-	11.112	11.112

Em 31 de dezembro de 2024	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 1
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.084	-	-
Depósitos vinculados	24.168	-	-	24.168
Contas a receber de clientes	-	3.945	-	-
Fornecedores	-	-	6.507	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	72.116	72.116
Arrendamentos a pagar	-	-	4.902	4.902
Ressarcimento de energia a pagar	-	-	22.210	22.210

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e
- Risco operacional.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. Os recebíveis tem risco considerado baixo, considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo Departamento Financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem R\$ 1.608 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 3.084) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o saldo de R\$ 13.967 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 24.168) em depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

	A vencer em até 1 ano		A vencer acima de 1 ano		Totais	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Empréstimo BNDES	2.701	2.637	6.726	9.332	9.427	11.969
Empréstimo BNB	7.920	7.612	48.726	54.630	56.646	62.242
Ressarcimento de energia a pagar	4.083	17.315	7.029	4.895	11.112	22.210
Fornecedores	3.844	6.507	-	-	3.844	6.507
Arrendamentos a pagar	661	323	9.157	4.892	9.818	5.215

Risco de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas para travar o custo financeiro das operações.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2025, a TJLP acumulada para os empréstimos e financiamentos será de 8,66% (6,89% em 31 de dezembro de 2024) e a rentabilidade acumulada nos fundos de investimentos de caixas e equivalentes de 14,22% (10,78% em 31 de dezembro de 2024), e nos fundos de investimentos de depósitos vinculados de 13,07% (10,10% em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos cenários advindos de uma elevação ou baixa nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável projetado, não levando em consideração a incidência de tributos ou o fluxo de vencimento de cada contrato.

O saldo de caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado e os montantes relacionados as dívidas apresentados não contemplam os saldos de custos de transação

	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) – Fundo de investimento	1.529	Rendimentos em FI	1.622	1.684	1.746	1.809	1.871
Efeito no resultado			(124)	(62)	-	63	125
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	13.921	Rendimentos em FI	14.712	15.226	15.740	16.255	16.769
Efeito no resultado			(1.028)	(514)	-	515	1.029
Saldo de empréstimos e financiamentos BNDES	(8.778)	TJLP	(9.125)	(9.332)	(9.538)	(9.745)	(9.952)
Efeito no resultado			(413)	(206)	-	207	414
	Saldo 31/12/2024	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) – Fundo de investimento	2.993	Rendimentos em FI	3.137	3.226	3.316	3.405	3.494
Efeito no resultado			(179)	(90)	-	89	178
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	23.693	Rendimentos em FI	24.768	25.427	26.086	26.744	27.403
Efeito no resultado			(1.318)	(659)	-	658	1.317
Saldo de empréstimos e financiamentos BNDES	(11.206)	TJLP	(11.565)	(11.771)	(11.978)	(12.184)	(12.390)
Efeito no resultado			(413)	(207)	-	206	412

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

23 Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, que consiste na razão entre Dívida líquida e Total do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim sumarizados:

	2025	2024
Total de empréstimos e financiamentos bancários	64.236	72.116
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(1.608)	(3.084)
Menos: Depósitos vinculados	<u>(13.967)</u>	<u>(24.168)</u>
Dívida líquida	48.661	44.864
Total do patrimônio líquido	<u>58.925</u>	<u>53.547</u>
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	<u>0,83</u>	<u>0,84</u>

24 Contingências

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações, esses processos envolvem assuntos de natureza tributária, ambiental e cível.

Com base nas informações e avaliação dos seus assessores jurídicos, a Companhia possui 1 (um) processo de natureza cível com probabilidade de perda provável e registrou provisão para contingências no valor de R\$ 284 (2024: R\$ 279) e 8 (oito) processos de natureza cível e tributária com probabilidade de perda possível, sem valor expressivo (2024: R\$ 10).

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais registrados no ativo não circulante (Nota 8) no montante de R\$ 35.636 (2024: R\$ 32.135) como parte autora em processos de natureza cíveis, com probabilidade de perda remota.

* * *

Composição da Diretoria

Maiza Rodrigues Ponte Parente
Diretora Financeiro-administrativa

Marcelo Bernardes Coura
Diretor Técnico

Kamila Stefani Galdino
Contadora CRC-CE 021919/0-8